

O visual na escritura
Ecologia e emprego
História e poesia do ser

REVISTA DE CULTURA

ANO 79 AGOSTO 1985 N° 6

VOZES

**Direito à terra
ou direito à cidade?**

**A cidade é nosso
palco de luta e muito
pouco sabemos sobre
ela: terra urbana
é terra urbanizada.**

7.188

VOZES

Redação e administração:
Rua Frei Luís, 100
Caixa Postal 90023 — Tel.: 43-5112
25600 Petrópolis, RJ

Redator: *Clarêncio Neotti*
Secretário de Redação: *J. Thomaz Filho*

SUMÁRIO

- Do redator, 3
Arte: uma experiência de universalidade, 4
Direito à terra ou direito à cidade / *Erminia Maricato*, 5
O império do visual na elaboração da escritura / *Maria de Lourdes Abreu de Oliveira*, 11
Ecologia e emprego: uma análise do progresso técnico na agricultura — II / *Ademar Ribeiro Romeiro*, 17
Leitura estruturalista de “São Bernardo” e “Quincas Berro Dágua” / *Pedro Pires Bessa*, 37

IDÉIAS & FATOS

- A arte aproxima mistério e realidade, 56
Democracia e educação, 59
Chanceler da Nicarágua em jejum pela paz, 61
O Presidente Sarney fala à Nação, 62
Carta dos Bispos do Ceará ao Presidente José Sarney, 68
Movimento dos sem-terra quer reforma agrária, 70
Desafio às entidades de direitos humanos, 71

LIVROS, NOVIDADES, REVISTAS, REEDIÇÕES, 73

REVISTA DE CULTURA VOZES

ANO 79 — VOLUME LXXIX — AGOSTO 1985 — Nº 6

Catalogada no ISSN International Standard Serial Number sob o nº 0100/7076

MATRIZ:

Rua Frei Luís, 100
Caixa Postal 90023
25600 Petrópolis, RJ
Tel.: (0242)43-5112
End. Telegráfico: VOZES
CGC 31.127.301/0001-04

FILIAIS:

20031 Rio de Janeiro: Centro:
Rua Senador Dantas, 118-I
Tel.: 220-6445

20260 Rio de Janeiro: Estácio de Sá
Rua Joaquim Palhares, 227 — Fundos
Tel.: (021)273-3196

01006 São Paulo:
Rua Senador Feijó, 158 e 168
Tels.: 32-6890 - 36-2288 e 36-2064

01414 São Paulo:
Rua Haddock Lobo, 360
(Ao lado do Colégio São Luís)
Tels.: 256-0611, 256-0361 e 256-0161

12900 Bragança Paulista:
Av. São Francisco de Assis, 218
Tel.: 433-3675

30000 Belo Horizonte:
Rua Tupis, 85 - Loja 10
Tels.: 226-0665 e 226-5383

30000 Belo Horizonte:
Rua Aimorés, 1583
(Ao lado do Colégio D. Cabral)
Tels.: 222-4152 e 226-6838

90000 Porto Alegre:
Rua Ramiro Barcelos, 390
(Junto à Igreja Santa Teresinha)
Tel.: (0512)21-6522

90000 Porto Alegre:
Rua Riachuelo, 1280
Tel.: 21-6564

70730 Brasília:
CLR/Norte - Q. 704 - Bloco A - Nº 15
Tel.: 223-2436

50000 Recife:
Rua dos Coelhos, 485
Tel.: 221-4100

50000 Recife:
Rua da Concórdia, 167
Tel.: 224-3924

80000 Curitiba:
Rua Alferes Póli, 52
Tel.: 233-1392

60000 Fortaleza:
Av. Tristão Gonçalves, 1158 - Centro
(Ao lado da Igreja São Benedito)
Tel.: (085)231-9321

Preço da assinatura
simples: Cr\$ 110.000
aéreo: Cr\$ 120.000
Número avulso, Cr\$ 12.000
Exterior: US\$ 50

Colaboraram neste número:

Erminia Maricato. Arquiteta, Mestre e Doutora pela USP; Professora na USP e assessora de movimentos populares de moradia em São Paulo: loteamentos clandestinos, posseiros urbanos, mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, encortçados. Organizou o livro *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (Alfa Omega, São Paulo 1979); dirigiu o filme documentário *Loteamentos clandestinos*. — As forças que comandam o crescimento físico da cidade promovem a segregação especial dos trabalhadores exilando-os na periferia e promovendo a carestia habitacional. Um passo qualitativo se exige dos movimentos populares: além do direito à terra é preciso bater-se pelo direito à cidade.

Maria de Lourdes Abreu de Oliveira. Mestre em Teoria Literária; várias obras publicadas (contos, romances, ensaios); Professora Adjunta na Universidade Federal de Juiz de Fora. — Alargamento do campo visual na literatura, com o empobrecimento do olhar. A invasão da intimidade: o percurso de solidão do homem da sociedade industrial. A visão e a reflexão: a decifração do visto. Uma nova forma de captar a realidade: o olho da câmara. Ampliação do horizonte perceptivo do narrador.

Ademar Ribeiro Romeiro. Colaborador do IBASE; bolsista do CNPq junto ao Centro Internacional de Pesquisas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris. — A proletarização dos trabalhadores rurais e o êxodo em massa para os centros urbanos não são um preço inelutável a pagar pela modernização e pelo desenvolvimento econômico na área rural. Responsável pela situação é sobretudo o "monopólio" da terra em mãos de grandes latifundiários para fins especulativos. Aborda também o grave problema da freqüente inadequação de maquinários e insumos importados com relação ao nosso solo e ao nosso clima.

Pedro Pires Bessa. Mestrado em Teoria Literária; Professor Adjunto na Universidade Federal de Juiz de Fora. — Tentativa de captar, através de uma leitura estruturalista, o sentido profundo de *São Bernardo*: a visão da história, e de *A morte e a morte de Quincas Berro D'Água*: a poesia do ser.

ERMÍNIA MARICATO

DIREITO À TERRA OU DIREITO À CIDADE

Os movimentos populares urbanos estão diante de um novo quadro político, caracterizado pela passagem do regime militar para um regime civil, através de um "pacto social" firmado entre remanescentes do antigo regime e de setores da oposição.

Estamos sob um governo que se convencionou chamar de "Nova República", pleno de promessas de democratização de todos os setores da vida nacional. Algumas mudanças institucionais já tiveram início (como por exemplo eleição direta para prefeito das capitais e áreas consideradas de "segurança nacional") e aponta-se para a eleição da Assembléia Nacional Constituinte em 1986.

Se à nova situação institucional, as lutas populares urbanas não responderem com uma qualidade nova nas reivindicações e no nível de organização, corremos dois riscos: 1) cooptação dos movimentos por inúmeras administrações que agora assumem o caráter clientelista paternalista; 2) marcar passo, sem avançar, no nível de consciência ou de participação.

Se no início da fase atual de reorganização das lutas populares (a grosso modo, em meados da década de 70) uma postura basista, purista ou ingênua era inevitável, e elas (as lutas) contribuíram de forma significativa para a agonia do regime militar, hoje a situação é mais complexa, exigindo reflexão sobre os diferentes interesses econômicos e as diferentes alianças políticas (externas e internas) que caracterizam a conjuntura nacional.

A manutenção de movimentos reivindicatórios urbanos, limitados a suas

bases geográficas locais e comunitárias e a persistência em sua despolitização, ou seja, a persistência na pura e simples reivindicação de um bem ou serviço urbano, sem questionar as relações de poder, sem questionar a forma como se distribuem os recursos na cidade e no país ou ainda sem questionar instâncias aonde são tomadas as decisões, resulta em uma situação bastante favorável aos administradores (particularmente governos municipais) demagógicos, em detrimento do avanço da cidadania e da participação, e também da autonomia dos movimentos.

Indo mais longe, queremos destacar que não raras vezes os chamados agentes de classe média, que assessoram as lutas populares cotidianamente, funcionam como freios às propostas de unificação dos movimentos e também às informações organizadas por intelectuais sobre o assunto.

Se de um lado essa preocupação tem razão de ser, pois considera a manipulação histórica dos movimentos populares, seja pelo chamado populismo clientelista anterior ao período de regime militar, seja em menor escala pelo doutrinário da esquerda (tentativas isoladas mais do que realidade efetiva e generalizada), por outro lado essa atitude "joga a água do banho juntamente com a criança" para usar uma imagem expressiva. Há um nível de informação, que vem necessariamente de fora do cotidiano dos movimentos, que é absolutamente indispensável aos seus avanços. É impossível deixar de reconhecer que a ignorância em que são mantidos os setores populares é indispensável à

hegemonia das elites governantes. Relações sociais de dominação são continuamente reproduzidas e necessidades criadas se incorporam profundamente ao modo de vida das camadas populares. É o exemplo da *casa própria*, uma necessidade largamente difundida, que é inclusive elemento de divisão entre os trabalhadores que já a possuem e dos que lutam para alcançá-la (invadindo terras, reivindicando posse da terra nas favelas, etc.).

Os participantes dos movimentos populares estão continuamente expostos à persuasão ideológica que é feita através das relações econômicas e sociais, ou diretamente através dos veículos de comunicação. Sabemos que o universo de seus valores e símbolos é, por isso, contraditório. Análises organizadas sobre as relações sociais, trazem à tona essas contradições e ajudam a retirar o véu que mascara os mecanismos da dominação.¹

Gostaríamos por ora de chamar a atenção para a necessidade de socializar junto aos movimentos reivindicatórios urbanos o conhecimento existente sobre o objeto da luta (habitação, transporte, saneamento, saúde, etc.) e divulgar propostas que possam ser debatidas e julgadas pelos participantes dos mesmos. Uma análise, que classificaremos como corretamente conduzida, das lutas urbanas, permite identificar em cada setor, respeitando as características históricas de cada movimento, os mecanismos de exploração econômica e de dominação política e ideológica presentes na sociedade como um todo. Trata-se de ler o geral no particular, principalmente porque esse particular concentra o interesse e costura a unidade dos participantes de determinado movimento reivindicatório. Em síntese estamos nos referindo a uma atividade de formação política.

As lutas urbanas constituem um campo importante da luta de classes

hoje no Brasil. É na exploração dos serviços, na produção de equipamentos e infra-estrutura urbanos que uma parte significativa de capitais nacionais se reproduzem, como é possível demonstrar nas análises dos transportes públicos, da política habitacional, das políticas de infra-estrutura urbana, etc.

É em torno de reivindicações dessa natureza que uma imensa massa de moradores participa pulverizada em um sem-número de movimentos em todas as cidades brasileiras, contando com alto grau de mobilização (oscilatória) mas com baixo nível de informação sobre o quadro aonde se movimentam e com propostas pouco elaboradas. Os movimentos de transporte ou de habitação (à exceção do movimento de mutuários do BNH) presentes em todas as capitais brasileiras, não logram sequer, depois de muitos anos de existência, apresentar bandeiras nacionais de luta (propostas nacionais para suas reivindicações) ou clarear para seus participantes o papel do Estado enquanto gestor dessas chamadas "políticas sociais" e sua relação com os interesses empresariais envolvidos com as mesmas.

Despolitizados, os movimentos urbanos se tornam presa fácil dos interesses clientelistas, que reconhecem a importância política desses movimentos.

Vamos discorrer aqui para ilustrar o que foi dito, de como a luta por moradia se transforma numa luta mais ampla que conduz à proposta de *reforma urbana*, com implicações no processo da Assembléia Nacional Constituinte e na reformulação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

OS DONOS DA CIDADE

A cidade é nosso palco de luta, e muito pouco sabemos sobre ela. Enquanto intelectuais acadêmicos brasi-

leiros ficaram durante toda uma década enredados com a teoria sobre o urbano, escrita por estudiosos franceses, os agentes de classe média envolvidos com as lutas populares urbanas negaram, em geral, a necessidade de qualquer teoria.²

Apenas mais recentemente percebe-se que no contexto geral da luta capital x trabalho, a cidade é palco e objeto da luta de um setor específico do capital.³ Estamos nos referindo aos proprietários de terra (não necessariamente capitalistas) aos empresários da construção civil, aos promotores imobiliários e ao capital financeiro imobiliário, poderosos agentes que têm a força de controlar desde orçamentos municipais, localização dos investimentos urbanos, legislações de uso e ocupação do solo, política habitacional, e grande parte das políticas de transporte, saneamento, energia, etc., em aliança ou não com grandes empresas internacionais fornecedoras de equipamentos.

Vamos buscar uma descrição sumária dessas forças que controlam o crescimento das cidades e que dele extraem seus lucros:

1º) Os proprietários de terra: profundamente ligados às máquinas administrativas municipais (frequentemente são vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, etc.) tentam dirigir a localização dos investimentos urbanos e a legislação municipal referente à terra, com a finalidade de proteger e/ou valorizar seus terrenos.

Em São Paulo, 40% da área urbana estava vazia em 1978, segundo a Cogep; em Belo Horizonte havia 400 mil lotes vazios em 1979, segundo o Plambel; e no Rio de Janeiro, em 1978, havia 900 mil lotes vazios segundo a Fundren.⁴ Enquanto grande parte da população se amontoa nas favelas e cortiços (o congestionamento habitacional tem crescido nos últimos anos), os proprietários de terra mantêm seus ter-

renos na "engorda", valorizando através do aumento da renda que lhes é atribuída com o crescimento urbano.

Por outro lado, cada vez mais a terra urbana está atrelada ao capital imobiliário, já que ela é suporte para sua realização. O SFH, ao financiar apenas imóveis (com exceção do inexpressivo Programa Pro fiburb — lotes urbanizados) logrou modernizar, nos últimos 15 anos principalmente, o mercado de terras urbanas no Brasil, e aprofundar a segregação espacial, já que essa segregação é fonte de rendas fundiárias.

Os bancos (agentes financeiros imobiliários), os promotores imobiliários e as construtoras se tornam crescentemente os proprietários urbanos de terra, marcando uma mudança no crescimento urbano, no Brasil, antes sob a hegemonia do proprietário de terra/ loteador.

2º) A indústria da construção (e suas subsidiárias, indústria de materiais e equipamentos para construção): é preciso diferenciar as grandes empreiteiras, maiores beneficiadas pelos 21 anos de regime militar no Brasil (onde construíram monumentos em número tal, para fazer corar qualquer faraó egípcio) das empresas de edificação, também beneficiadas durante esse período pela política do SFH.

As grandes empreiteiras influíram decisivamente não apenas nos rumos que tomaram os investimentos do BNH (saneamento, principalmente) como também nos das áreas de transporte e energia.

Já as empresas de edificação cresceram alimentadas pelos recursos do SFH — Sistema Financeiro da Habitação (FGTS e SBPE), bem como pela concentração da renda que garantiu um mercado de alto poder aquisitivo, formado pelas classes médias ascendentes.⁵

3º) O capital financeiro imobiliário:

Agentes ligados aos Bancos privados que ficam com a "parte do leão" dos lucros oriundos da produção e financiamento residenciais. Ao lado da indústria da construção, os bancos foram os setores do capital nacional que mais cresceram durante o período de ditadura.

Como já fizemos notar, tanto o capital financeiro imobiliário quanto, e principalmente, os promotores imobiliários (uma forma semelhante ao capital comercial) são profundamente ligados aos proprietários de terra, quando não são os próprios. É um engano tomar a terra isoladamente, ou os agentes financeiros, quando se discutem soluções para o problema habitacional.

Esses agentes se unem para produzir habitação cara, para um mercado que tem poder aquisitivo para pagá-la, excluindo dele a maior parte da população brasileira.⁶

Para a maior parte da população restam as periferias desurbanizadas ou o amontoamento das favelas e cortiços.

Na periferia urbana os sacrifícios resultam principalmente da localização da moradia. Lá os trabalhadores não vivem um espaço, uma cultura, um ambiente propriamente urbanos. São apenas força de trabalho urbana. A estrutura das nossas cidades, que comporta grande parcela de terrenos vagos ociosos (muitos dos quais urbanizados), localiza os trabalhadores fora da cidade, sendo esta entendida aqui no sentido amplo que lhe dá Henri Lefèvre ("O direito à cidade").

Expulsos, segregados, fragmentados, os trabalhadores que moram na periferia pagam mais pelo transporte e pelo alimento. A circulação e o abastecimento alimentar exigem sacrifícios extras. Também a organização política é dificultada pela precarie-

dade de comunicação (ausência de telefones, transportes precários, falta de locais apropriados, etc., como se não bastassem as dificuldades políticas propriamente ditas: ausência de canais, desinformação, cooptação e repressão).

O lazer fica por conta de umas poucas quermesses promovidas pelas igrejas, ou por conta do bilhar no tosco boteco. A TV e a bebida alcoólica reinam soberanas nos fins de semana.

O DIREITO À TERRA OU O DIREITO À CIDADE?

Assistimos, nos últimos anos, proliferarem as ações coletivas de invasões de terra para moradia na cidade. Essa prática, antiga, ganhou recentemente uma nova qualidade que ninguém mais desconhece: as invasões são previamente preparadas, há uma divisão de trabalho entre os participantes, está presente uma preocupação comunitária de ordenação do espaço (lotes, ruas, centro comunitário, etc.), nota-se enfim uma "consciência do direito à terra".⁷

Considerando que a consciência desse direito não é espontânea ("Deus criou a terra para todos e não para alguns"), isto é, foi criada, queremos trazer para reflexão a possibilidade de ampliar essa consciência. A periferia é o exílio, o antiurbano. A cidadania prevê o direito, não apenas à terra, mas à cidade, com seu modo de vida, com seus melhoramentos, com suas oportunidades de emprego, de lazer, de organização política. Terra urbana, diante desse raciocínio significa terra urbanizada.

O que parece muito complexo e abstrato (como "construir" a consciência do direito à cidade) pode ter efeitos imediatos sobre os rumos das lutas urbanas no sentido de levantar uma bandeira geral de *reforma urbana*. Vamos exemplificar com a questão das invasões de terra urbana.

As invasões de terras urbanas constituem, sem dúvida, um desafio à manutenção de áreas desocupadas, ociosas, portanto um desafio à especulação imobiliária que fez da terra urbana um negócio muito rentoso.

As freqüentes invasões de terras contribuem, sem dúvida, para a transformação da legislação de uso do solo e também, em parte, da política habitacional, na medida em que constituem um alerta, para as elites governantes, das dramáticas condições de moradia dos trabalhadores e de sua disposição em desrespeitar as sagradas leis da propriedade privada.

Entretanto, as invasões têm conseqüências que precisam ser ponderadas.

1º) A freqüente ocupação de áreas públicas, áreas destinadas à construções institucionais (escolas, creches, etc.) ou áreas livres destinadas a lazer, resultam um prejuízo dos próprios trabalhadores que moram no entorno da área ocupada. Essa prática opõe trabalhador contra trabalhador. Enquanto estes lutam entre si, com a participação freqüente de assessores religiosos ou leigos que tratam a questão como sendo de falta de solidariedade, as políticas habitacionais ou relativas ao solo urbano (leis federal e municipais) permanecem intocadas.

2º) Muitas invasões reproduzem, de certa forma, as relações que marcam o mercado imobiliário capitalista: após a invasão cada pedaço de terra adquire um valor comercial para seu ocupante, mesmo quando as condições de ocupação são ilegais. Submetido ao desemprego e à fome, ele pode vender o lote todo ou parte e transformar em benefício privado o fruto da ação coletiva. As regras da propriedade privada se impõem também aí. A rotatividade dos moradores pode comprometer anos de luta em um local onde a diretriz política não extravasou as reivindicações de moradia e infraestrutura. Não podemos esquecer que em

nossa sociedade a habitação é um bem de apropriação privada, e que é urgente especularmos a mudança da legislação sobre o assunto.

Além desses argumentos é preciso lembrar que as invasões, ao lado de não interferirem diretamente na política op. eurbqm e lauoçatibdu eotf reproduzem modelos de habitações precárias, insalubres, congestionadas, e fortalecem a tendência de barateamento da força de trabalho.

É preciso esclarecer que, dependendo da situação concreta de cada movimento, a invasão surge como a saída correta, e freqüentemente a única possível para resolver problemas imediatos.

Entretanto, a prática tem demonstrado que, em muitos casos, há condições para a elaboração de propostas que apontem para mudanças institucionais, sem descuidar da participação, da democracia interna e da unificação dos movimentos.

Em São Paulo, 9 associações que lutavam por moradia criaram uma coordenação: Coordenação de Movimentos de Moradia.

Com a ajuda de arquitetos, engenheiros, advogados e assistentes sociais, e baseados na experiência Uruguaia de produção de habitação através de cooperativas de trabalhadores, essas associações estão formulando em conjunto uma proposta de moradia que inclui a participação dos moradores no plano urbanístico do conjunto, no projeto das casas, na fiscalização da construção, na definição do financiamento e formas de pagamento. Eles têm clareza de que o plano e o projeto não são medidas dispensáveis e que ao lado do controle da construção (materiais e técnicas), garantem a qualidade de habitação no que diz respeito à durabilidade, segurança, insalubridade, conforme térmico, etc.

Eles julgam ainda que têm direito ao financiamento das habitações, mas sabem que é preciso mudar a legislação do BNH para que seja permitido o financiamento diretamente às cooperativas de trabalhadores, e que estes tenham controle sobre o mesmo (essa proposta já foi encaminhada à presidência do BNH e ao Ministério do Desenvolvimento Urbano). Atualmente eles discutem a possibilidade de formas jurídicas de propriedades coletivas, visando formular propostas à Constituinte.

FINALIZANDO

O exemplo citado mostra a importância das lutas que procuram bem assessorar-se. E se esse conhecimento que inicialmente é setorial conduz às questões estruturais, a prática que ele informa (porque ele deve necessariamente estar vinculado à prática concreta) conduz à busca da unidade entre os diversos movimentos, ao extravasamento dos seus limites geográficos ou comunitários e a uma crescente necessidade de fiscalização e controle do aparelho de Estado.

É evidente que as atividades de formação política, e ampliação do nível de informação e de consciência, constituem apenas uma parte da prática

das lutas urbanas. Mas uma parte fundamental, sem dúvida, pois possibilita construir a ponte entre as práticas cotidianas e a história.

A difusão de análises, informações e propostas em escala massiva exigem recursos passíveis de reprodução industrial e adaptados à linguagem popular. Não é possível enfrentar a *media* eletrônica com o mimeógrafo e o silkscreen apenas. Produzir audiovisuais, vídeo-cassetes, cartilhas, e outros veículos, contendo análises setoriais que relacionem o cotidiano dos trabalhadores ao universo das relações sociais é uma das grandes tarefas que os movimentos urbanos têm pela frente hoje no Brasil.

NOTAS

1. Uma questão política que se coloca aos participantes das lutas populares urbanas e que não discutiremos aqui, é: como reconhecer quando uma análise intelectual está comprometida com os interesses desses participantes, enquanto classe social?
2. Referimo-nos aos teóricos do PCF que escreveram sobre o urbano: C. Topalov, J. Lojkin, etc.
3. Ver Harvey, D. Rev. *Espaço e Debates*, n. 6. S. Paulo, Cortez, set. 82.
4. Documento da XX Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. "Uso do Solo e Ação Pastoral".
5. Ver Maricato, Ermínia. "Indústria da Construção e Política Habitacional", tese Doutor, FAUUSP, 1984.
6. A promoção pública financia habitação para o mercado mais popular, porém não atinge significativamente 70% da população.
7. Ver "Invasões e acesso à terra urbana" de Estela Neves, Revista *Vozes*, setembro de 1984, p. 513-521.